



PORTARIA Nº 3.128, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Habilita o Hospital das Clínicas de Uberlândia, estado de Minas Gerais, para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; Considerando a Portaria nº 2.836/GM/MS, de 1º de dezembro de 2011, que institui no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais; Considerando a Portaria nº 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS); Considerando o Parecer favorável da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, com a pactuação na CIRA nº 173, a homologação Ad Referendum da CIB/SUS/MG, disposto no Art. 48, de seu Regimento Interno em 17 de fevereiro de 2016 e o Parecer Técnico SUBPAS/SRAS/DRA/CDRAC nº 115 de 01/09/2016 e o Ofício do COSEMS/MG nº 337 de 21 de setembro de 2016; e Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade, resolve: Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir descrito, para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador - modalidade ambulatorial (Códigos 30.02):

CNPJ	CNES	Razão Social/Nome Fantasia
25648387000207	2146355	Hospital das Clínicas de Uberlândia

Art. 2º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta complexidade, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, Plano Orçamentário 0000. Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2016.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.129, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para implementação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor Aedes aegypti.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994 que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências; Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS; Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 09 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; Considerando a Portaria nº 1.955/GM/MS, de 02 de dezembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; Considerando a Portaria nº 2.057/GM/MS, de 21 de outubro de 2016, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2015, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; Considerando os diversos condicionantes que permitem a manutenção de criadouros do mosquito Aedes aegypti nos municípios, a co-circulação dos quatro sorotipos da dengue no país e a existência de grande contingente populacional exposto previamente a infecções pelo vírus, aumentando o risco para ocorrência de epidemias com formas graves da doença e elevado número de óbitos;

Considerando a febre de chikungunya no Brasil, com transmissão autóctone comprovada em alguns municípios e o risco iminente de expansão do vírus, uma vez que este é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti, mesmo transmissor da dengue, amplamente distribuídos no país; Considerando também o vírus Zika e sua rápida dispersão para todas as regiões do país, o que tem provocado epidemias importantes acompanhadas de graves manifestações neurológicas, como a síndrome de Guillan Barré, e surtos de malformações congênitas com microcefalias em bebês; Considerando a necessidade de intensificar as medidas de vigilância, prevenção e controle do mosquito Aedes aegypti; Considerando a necessidade de realização de levantamentos de índices de infestação para ser utilizado como ferramenta para qualificação das ações de prevenção e controle do mosquito Aedes aegypti e o envio das informações para o nível federal, resolve: Art. 1º Fica autorizado repasse no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde de recurso financeiro para custeio de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor Aedes aegypti. Art. 2º Os recursos financeiros corresponderão a R\$ 152.103.611,63 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e três mil, seiscentos e onze reais e sessenta e três centavos), a serem transferidos aos Fundos Municipais de Saúde e Fundo de Saúde do Distrito Federal em duas parcelas, conforme anexo I. § 1º A primeira parcela, no valor total de R\$ 91.262.145,48 (noventa e um milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), será repassada a partir da data da publicação desta Portaria. § 2º O repasse da segunda parcela, no valor total de R\$ 60.841.423,17 (sessenta milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e dezessete centavos), está condicionado aos critérios descritos nos artigos 3º e 4º. Art. 3º Para o recebimento da segunda parcela os Municípios e o Distrito Federal deverão atender os seguintes critérios: I - realizar o Levantamento Rápido de Índice de Infestação por Aedes aegypti - LIRAA nos municípios infestados pelo vetor Aedes aegypti, com mais de 2.000 imóveis, conforme descrito no manual técnico Levantamento rápido de índices para Aedes aegypti - LIRAA para vigilância entomológica do Aedes aegypti no Brasil: metodologia para avaliação dos índices de Breteau e Predial e tipo de recipientes; II - realizar o levantamento por meio do Levantamento de Índice Amostral - LIA, nos municípios infestados pelo vetor Aedes aegypti, com menos de 2.000 imóveis, conforme descrito nas Diretrizes Nacionais de Prevenção e Controle da Dengue; e III - realizar monitoramento por ovitrapa ou larvitrampa nos municípios não infestados, conforme descrito nas Diretrizes Nacionais de Prevenção e Controle da Dengue. Parágrafo único. Excepcionalmente serão consideradas as metodologias alternativas de levantamento de índices executadas pelos municípios, desde que repassada a informação para o nível federal na forma estabelecida no artigo 4º.

Art. 4º As informações geradas, após o atendimento dos critérios descritos no artigo 3º, deverão ser consolidadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde e enviadas, até o dia 30 de junho de 2017, para o Ministério da Saúde, conforme estabelecido abaixo: I - os resultados do LIRAA deverão ser consolidados pelo instrumento disponibilizado pelo Ministério da Saúde (Sistema LIRAA); II - as informações referentes ao inciso II do artigo 3º serão encaminhadas em planilha padronizada, conforme modelo constante do anexo II; e III - as informações referentes ao inciso III e parágrafo único do artigo 3º serão encaminhadas em planilha padronizada, conforme modelo constante no anexo III. Art. 5º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007. Art. 6º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, distrital e municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo. Art. 7º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012. Art. 8º O ente federativo beneficiado, constante desta Portaria, que esteja com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do SIM e SINAN, não fará jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013. Art. 9º O FNS adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos. Art. 10. Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde. Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	IBGE	Município	VALOR TOTAL (R\$)	1º PARCELA (R\$)	2º PARCELA (R\$)
AC	120001	Acrelândia	18.119,15	10.871,49	7.247,66
AC	120005	Assis Brasil	9.281,59	5.568,95	3.712,63
AC	120010	Brasileia	31.157,52	18.694,51	12.463,00
AC	120013	Bujari	13.717,59	8.230,55	5.487,03
AC	120017	Capixaba	13.715,11	8.229,06	5.486,04
AC	120020	Cruzeiro do Sul	113.119,84	67.871,90	45.247,93
AC	120025	Epitaciolândia	23.216,77	13.930,06	9.286,70
AC	120030	Feijó	45.181,88	27.109,12	18.072,75
AC	120032	Jordão	11.650,21	6.990,12	4.660,08
AC	120033	Mâncio Lima	26.643,90	15.986,34	10.657,56
AC	120034	Manoel Urbano	13.406,51	8.043,90	5.362,60
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	26.212,59	15.727,55	10.485,03
AC	120038	Plácido de Castro	26.672,84	16.003,70	10.669,13
AC	120039	Porto Walter	16.692,58	10.015,54	6.677,03
AC	120040	Rio Branco	484.105,04	290.463,02	193.642,01



GO	521935	Santa Isabel	6.504,07	3.902,44	2.601,62
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	9.367,80	5.620,68	3.747,12
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	6.932,33	4.159,39	2.772,93
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	5.031,73	3.019,03	2.012,69
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	6.382,34	3.829,40	2.552,93
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	9.505,71	5.703,42	3.802,28
GO	521971	Santo Antônio da Barra	6.162,49	3.697,49	2.464,99
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	11.493,70	6.896,22	4.597,48
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	55.657,01	33.394,20	22.262,80
GO	521980	São Domingos	17.029,78	10.217,86	6.811,91
GO	521990	São Francisco de Goiás	6.341,03	3.804,61	2.536,41
GO	522000	São João d'Aliança	10.805,94	6.483,56	4.322,37
GO	522005	São João da Paraúna	10.347,41	6.208,44	4.138,96
GO	522010	São Luís de Montes Belos	19.457,23	11.674,33	7.782,89
GO	522015	São Luiz do Norte	6.710,02	4.026,01	2.684,00
GO	522020	São Miguel do Araguaia	29.790,63	17.874,37	11.916,25
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	6.445,35	3.867,21	2.578,14
GO	522028	São Patrício	5.616,47	3.369,88	2.246,58
GO	522040	São Simão	15.912,43	9.547,45	6.364,97
GO	522045	Senador Canedo	80.042,68	48.025,60	32.017,07
GO	522050	Serranópolis	17.554,29	10.532,57	7.021,71
GO	522060	Silvânia	16.948,56	10.169,13	6.779,42
GO	522068	Simolândia	7.261,30	4.356,78	2.904,52
GO	522070	Sítio d'Abadia	8.409,99	5.045,99	3.363,99
GO	522100	Taquaral de Goiás	5.247,03	3.148,21	2.098,81
GO	522108	Teresina de Goiás	25.067,74	15.040,64	10.027,09
GO	522119	Terezópolis de Goiás	8.867,87	5.320,72	3.547,14
GO	522130	Três Ranchos	5.496,82	3.298,09	2.198,72
GO	522140	Trindade	93.669,56	56.201,73	37.467,82
GO	522145	Trombas	6.370,44	3.822,26	2.548,17
GO	522150	Turvânia	6.119,88	3.671,92	2.447,95
GO	522155	Turvelândia	7.552,99	4.531,79	3.021,19
GO	522157	Uirapuru	7.001,21	4.200,72	2.800,48
GO	522160	Uruaçu	27.282,12	16.369,27	10.912,84
GO	522170	Uruana	10.365,94	6.219,56	4.146,37
GO	522180	Urutaí	6.378,17	3.826,90	2.551,26
GO	522185	Valparaíso de Goiás	92.841,76	55.705,05	37.136,70
GO	522190	Varjão	6.037,57	3.622,54	2.415,02
GO	522200	Vianópolis	11.125,69	6.675,41	4.450,27
GO	522205	Vicentinópolis	8.493,02	5.095,81	3.397,20
GO	522220	Vila Boa	11.228,76	6.737,25	4.491,50
GO	522230	Vila Propício	10.595,62	6.357,37	4.238,24
		SUBTOTAL UF GO	5.791.961,21	3.475.175,75	2.316.783,53
MA	210005	Açailândia	148.783,32	89.269,99	59.513,32
MA	210010	Afonso Cunha	7.234,61	4.340,76	2.893,84
MA	210015	Água Doce do Maranhão	12.619,37	7.571,62	5.047,74
MA	210020	Alcântara	28.221,89	16.933,13	11.288,75
MA	210030	Aldeias Altas	19.390,59	11.634,35	7.756,23
MA	210040	Altamira do Maranhão	13.153,28	7.891,96	5.261,31
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	26.665,89	15.999,53	10.666,35
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	33.743,76	20.246,25	13.497,50
MA	210050	Alto Parnaíba	17.401,34	10.440,80	6.960,53
MA	210055	Amapá do Maranhão	9.239,74	5.543,84	3.695,89
MA	210060	Amarante do Maranhão	43.178,51	25.907,10	17.271,40
MA	210070	Anajatuba	29.246,99	17.548,19	11.698,79
MA	210080	Anapurus	12.121,97	7.273,18	4.848,78
MA	210083	Apicum-Açu	20.706,58	12.423,94	8.282,63
MA	210087	Araguanã	18.357,94	11.014,76	7.343,17
MA	210090	Araioses	43.530,26	26.118,15	17.412,10
MA	210095	Arame	33.857,73	20.314,63	13.543,09
MA	210100	Arari	30.551,62	18.330,97	12.220,64
MA	210110	Axixá	14.610,89	8.766,53	5.844,35
MA	210120	Bacabal	117.731,50	70.638,90	47.092,60
MA	210125	Bacabeira	17.545,57	10.527,34	7.018,22
MA	210130	Bacuri	19.871,07	11.922,64	7.948,42
MA	210135	Bacurituba	7.297,71	4.378,62	2.919,08
MA	210140	Balsas	84.841,58	50.904,94	33.936,63
MA	210150	Barão de Grajaú	19.629,05	11.777,43	7.851,62
MA	210160	Barra do Corda	111.945,45	67.167,27	44.778,18
MA	210170	Barreirinhas	40.166,20	24.099,72	16.066,48
MA	210173	Belágua	7.840,69	4.704,41	3.136,27
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	14.538,49	8.723,09	5.815,39
MA	210180	Benedito Leite	7.991,62	4.794,97	3.196,64
MA	210190	Bequimão	22.105,51	13.263,30	8.842,20
MA	210193	Bernardo do Mearim	8.674,41	5.204,64	3.469,76
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	10.616,73	6.370,03	4.246,69
MA	210200	Bom Jardim	41.876,60	25.125,96	16.750,64
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	33.436,24	20.061,74	13.374,49
MA	210207	Bom Lugar	17.596,33	10.557,79	7.038,53
MA	210210	Brejo	27.271,78	16.363,06	10.908,71
MA	210215	Brejo de Areia	15.950,93	9.570,55	6.380,37
MA	210220	Buriti	23.017,70	13.810,62	9.207,08
MA	210230	Buriti Bravo	25.913,91	15.548,34	10.365,56
MA	210232	Buriticupu	67.846,82	40.708,09	27.138,72
MA	210235	Buritirana	17.565,22	10.539,13	7.026,08
MA	210237	Cachoeira Grande	12.578,95	7.547,37	5.031,58
MA	210240	Cajapió	10.061,03	6.036,61	4.024,41
MA	210250	Cajari	20.389,27	12.233,56	8.155,70
MA	210255	Campestre do Maranhão	15.147,60	9.088,56	6.059,04
MA	210260	Cândido Mendes	22.593,52	13.556,11	9.037,40
MA	210270	Cantanhede	30.191,14	18.114,68	12.076,45
MA	210275	Capinzal do Norte	12.777,50	7.666,50	5.111,00
MA	210280	Carolina	35.099,61	21.059,76	14.039,84
MA	210290	Carutapera	31.838,59	19.103,15	12.735,43
MA	210300	Caxias	148.366,89	89.020,13	59.346,75
MA	210310	Cedral	12.546,04	7.527,62	5.018,41
MA	210312	Central do Maranhão	10.791,90	6.475,14	4.316,76
MA	210315	Centro do Guilherme	15.130,59	9.078,35	6.052,23
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	25.451,58	15.270,94	10.180,63
MA	210320	Chapadinha	66.485,36	39.891,21	26.594,14
MA	210325	Cidelandia	16.184,46	9.710,67	6.473,78
MA	210330	Codó	169.276,78	101.566,06	67.710,71
MA	210340	Coelho Neto	36.464,41	21.878,64	14.585,76
MA	210350	Colinas	47.377,18	28.426,30	18.950,87
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	25.213,68	15.128,20	10.085,47
MA	210360	Coroatá	92.723,99	55.634,39	37.089,59
MA	210370	Cururupu	37.877,98	22.726,78	15.151,19
MA	210375	Davinópolis	14.553,00	8.731,80	5.821,20

MA	210380	Dom Pedro	21.067,68	12.640,60	8.427,07
MA	210390	Duque Bacelar	14.763,95	8.858,37	5.905,58
MA	210400	Esperantinópolis	23.555,94	14.133,56	9.422,37
MA	210405	Estreito	60.785,06	36.471,03	24.314,02
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	12.065,27	7.239,16	4.826,10
MA	210408	Fernando Falcão	12.319,75	7.391,85	4.927,90
MA	210409	Formosa da Serra Negra	23.164,96	13.898,97	9.265,98
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	15.036,01	9.021,60	6.014,40
MA	210420	Fortuna	18.395,52	11.037,31	7.358,20
MA	210430	Godofredo Viana	15.185,89	9.111,53	6.074,35
MA	210440	Gonçalves Dias	16.185,86	9.711,51	6.474,34
MA	210450	Governador Archer	12.413,69	7.448,21	4.965,47
MA	210455	Governador Edison Lobão	19.426,28	11.655,76	7.770,51
MA	210460	Governador Eugênio Barros	15.151,86	9.091,11	6.060,74
MA	210462	Governador Luiz Rocha	7.021,63	4.212,97	2.808,65
MA	210465	Governador Newton Bello	13.707,39	8.224,43	5.482,95
MA	210467	Governador Nunes Freire	33.458,80	20.075,28	13.383,52
MA	210470	Graça Aranha	5.663,53	3.398,11	2.265,41
MA	210480	Grajaú	82.007,52	49.204,51	32.803,00
MA	210490	Guimarães	15.392,75	9.235,65	6.157,10
MA	210500	Humberto de Campos	33.607,93	20.164,75	13.443,17
MA	210510	Icatu	27.333,09	16.399,85	10.933,23
MA	210515	Igarapé do Meio	15.738,83	9.443,29	6.295,53
MA	210520	Igarapé Grande	10.706,48	6.423,88	4.282,59
MA	210530	Imperatriz	318.204,25	190.922,55	127.281,70
MA	210535	Itaipava do Grajaú	23.859,56	14.315,73	9.543,82
MA	210540	Itapecuru Mirim	94.309,80	56.585,88	37.723,92
MA	210542	Itinga do Maranhão	29.289,21	17.573,52	11.715,68
MA	210545	Jatobá	13.757,10	8.254,26	5.502,84
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	22.271,67	13.363,00	8.908,66
MA	210550	João Lisboa	26.036,95	15.622,17	10.414,78
MA	210560	Joselândia	17.493,81	10.496,28	6.997,52
MA	210565	Junco do Maranhão	7.115,38	4.269,22	2.846,15
MA	210570	Lago da Pedra	64.620,29	38.772,17	25.848,11
MA	210580	Lago do Junco	13.853,36	8.312,01	5.541,34
MA	210590	Lago Verde	19.053,76	11.432,25	7.621,50
MA	210592	Lagoa do Mato	10.222,80	6.133,68	4.089,12
MA	210594	Lago dos Rodrigues	13.006,17	7.803,70	5.202,46
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	11.805,85	7.083,51	4.722,34
MA	210598	Lajeado Novo	6.775,79	4.065,47	2.710,31
MA	210600	Lima Campos	13.645,43	8.187,25	5.458,17
MA	210610	Loreto	16.863,81	10.118,28	6.745,52
MA	210620	Luís Domingues	9.217,63	5.530,57	3.687,05
MA	210630	Magalhães de Almeida	25.001,19	15.000,71	10.000,47
MA	210632	Maracáçumé	22.194,69	13.316,81	8.877,87
MA	210635	Marajá do Sena	8.038,44	4.823,06	3.215,37
MA	210637	Maranhãozinho	17.624,11	10.574,46	7.049,64
MA	210640	Mata Roma	20.712,85	12.427,71	8.285,14
MA	210650	Matinha	25.461,35	15.276,81	10.184,54
MA	210660	Matões	21.869,06	13.121,43	8.747,62
MA	210663	Matões do Norte	18.060,82	10.836,49	7.224,32
MA	210667	Milagres do Maranhão	8.423,28	5.053,96	3.369,31
MA	210670	Mirador	33.499,45	20.099,67	13.399,78
MA	210675	Miranda do Norte	37.743,88	22.646,32	15.097,55
MA	210680	Mirinzal	16.414,48	9.848,68	6.565,79
MA	210690	Monção	34.724,52	20.834,71	13.889,80
MA	210700	Montes Altos	15.784,50	9.470,70	6.313,80
MA	210710	Morros	26.452,23	15.871,33	10.580,89
MA	210720	Nina Rodrigues	12.392,19	7.435,31	4.956,87
MA	210725	Nova Colinas	7.846,37	4.707,82	3.138,54
MA	210730	Nova Iorque	7.133,82	4.280,29	2.853,52
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	23.283,35	13.970,01	9.313,34
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	20.503,06	12.301,83	8.201,22
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	16.201,09	9.720,65	6.480,43
MA	210750	Paço do Lumiar	153.963,95	92.378,37	61.585,58
MA	210760	Palmeirândia	20.696,70	12.418,02	8.278,68
MA	210770	Paraibano	22.193,94	13.316,36	8.877,57
MA	210780	Parnarama	22.636,74	13.582,04	9.054,69
MA	210790	Passagem Franca	15.289,14	9.173,48	6.115,65
MA	210800	Pastos Bons	17.493,32	10.495,99	6.997,32
MA	210805	Paulino Neves	13.371,41	8.022,84	5.348,56
MA	210810	Paulo Ramos	17.317,51	10.390,50	6.927,00
MA	210820	Pedreiras	55.107,84	33.064,70	22.043,13
MA	210825	Pedro do Rosário	27.067,62	16.240,57	10.827,04
MA	210830	Penalva	34.302,54	20.581,52	13.721,01
MA	210840	Peri Mirim	15.829,17	9.497,50	6.331,66
MA	210845	Peritoró	32.839,26	19.703,55	13.135,70
MA	210850	Pindaré-Mirim	37.022,06	22.213,23	14.808,82
MA	210860	Pinheiro	106.868,89	64.121,33	42.747,55
MA	210870	Pio XII	25.781,34	15.468,80	10.312,53
MA	210880	Pirapemas	19.711,07	11.826,64	7.884,42
MA	210890	Poção de Pedras	29.240,61	17.544,36	11.696,24
MA	210900	Porto Franco	21.400,99	12.840,59	8.560,39
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	8.402,50	5.041,50	3.361,00
MA	210910	Presidente Dutra	65.249,79	39.149,87	26.099,91
MA	210920	Presidente Juscelino	11.415,45	6.849,27	4.566,18
MA	210923	Presidente Médici	9.305,62	5.583,37	3.722,24
MA	210927	Presidente Sarney	19.975,22	11.985,13	7.990,08
MA	210930	Presidente Vargas	13.392,43	8.035,45	5.356,97
MA	210940	Primeira Cruz	21.944,68	13.166,80	8.777,87
MA	210945	Raposa	44.299,11	26.579,46	17.719,64
MA	210950	Riachão	24.294,80	14.576,88	9.717,92
MA	210955	Ribamar Fiquene	9.968,05	5.980,83	3.987,22
MA	210960	Rosário	42.859,33	25.715,59	17.143,73
MA	210970	Sambaíba	9.487,44	5.692,46	3.794,97
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	8.054,50	4.832,70	3.221,80
MA	210980	Santa Helena	38.283,70	22.970,22	15.313,48
MA	210990	Santa Inês	76.641,38	45.984,82	30.656,55
MA	211000	Santa Luzia	91.723,57	55.034,14	36.689,42
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	32.016,17	19.209,70	12.806,46
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	23.837,14	14.302,28	9.534,85
MA	211020	Santa Rita	37.742,82	22.645,69	15.097,12
MA	211023	Santana do Maranhão	11.695,91	7.017,54	4.678,36
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	14.819,23	8.891,53	5.927,69
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	16.057,05	9.634,23	6.422,82
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	16.513,51	9.908,10	6.605,40
MA	211050	São Bento	46.117,26	27.670,35	18.446,90
MA	211060	São Bernardo	21.423,89	12.854,33	8.569,55



MA	211065	São Domingos do Azeitão	9.605,04	5.763,02	3.842,01
MA	211070	São Domingos do Maranhão	31.052,29	18.631,37	12.420,91
MA	211080	São Félix de Balsas	8.617,25	5.170,35	3.446,90
MA	211085	São Francisco do Brejão	15.166,72	9.100,03	6.066,68
MA	211090	São Francisco do Maranhão	14.649,55	8.789,73	5.859,82
MA	211100	São João Batista	21.549,05	12.929,43	8.619,62
MA	211102	São João do Carú	17.287,71	10.372,62	6.915,08
MA	211105	São João do Paraíso	12.995,97	7.797,58	5.198,38
MA	211107	São João do Soter	21.127,55	12.676,53	8.451,02
MA	211110	São João dos Patos	34.438,19	20.662,91	13.775,27
MA	211120	São José de Ribamar	252.746,10	151.647,66	101.098,44
MA	211125	São José dos Basílios	7.877,07	4.726,24	3.150,82
MA	211130	São Luís	1.477.784,40	886.670,64	591.113,76
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	15.998,36	9.599,01	6.399,34
MA	211150	São Mateus do Maranhão	37.358,51	22.415,10	14.943,40
MA	211153	São Pedro da Água Branca	14.370,55	8.622,33	5.748,22
MA	211157	São Pedro dos Crentes	5.379,96	3.227,97	2.151,98
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	22.916,62	13.749,97	9.166,64
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	8.924,08	5.354,44	3.569,63
MA	211167	São Roberto	10.595,68	6.357,40	4.238,27
MA	211170	São Vicente Ferrer	22.822,26	13.693,35	9.128,90
MA	211172	Satubinha	14.742,35	8.845,41	5.896,94
MA	211174	Senador Alexandre Costa	12.994,87	7.796,92	5.197,94
MA	211176	Senador La Rocque	16.197,88	9.718,72	6.479,15
MA	211178	Serrano do Maranhão	12.981,62	7.788,97	5.192,64
MA	211180	Sítio Novo	19.220,98	11.532,58	7.688,39
MA	211190	Sucupira do Norte	12.522,48	7.513,48	5.008,99
MA	211195	Sucupira do Riachão	6.608,36	3.965,01	2.643,34
MA	211200	Tasso Fragoso	12.152,82	7.291,69	4.861,12
MA	211210	Timbiras	40.883,41	24.530,04	16.353,36
MA	211220	Timon	112.928,55	67.757,13	45.171,42
MA	211223	Trizidela do Vale	25.494,79	15.296,87	10.197,91
MA	211227	Tuflândia	11.128,06	6.676,83	4.451,22
MA	211230	Tuntum	37.607,11	22.564,26	15.042,84
MA	211240	Turiaçu	39.410,04	23.646,02	15.764,01
MA	211245	Turilândia	25.974,35	15.584,61	10.389,74
MA	211250	Tutóia	72.907,20	43.744,32	29.162,88
MA	211260	Urbano Santos	25.119,59	15.071,75	10.047,83
MA	211270	Vargem Grande	73.585,65	44.151,39	29.434,26
MA	211280	Viana	67.873,34	40.724,00	27.149,33
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	15.373,05	9.223,83	6.149,22
MA	211290	Vitória do Mearim	36.852,17	22.111,30	14.740,86
MA	211300	Vitorino Freire	36.436,86	21.862,11	14.574,74
MA	211400	Zé Doca	58.194,04	34.916,42	23.277,61
SUBTOTAL UF MA			8.162.038,59	4.897.222,31	3.264.814,59
MG	310010	Abadia dos Dourados	4.882,44	2.929,46	1.952,97
MG	310020	Abaeté	16.380,36	9.828,21	6.552,14
MG	310030	Abre Campo	9.548,42	5.729,05	3.819,36
MG	310040	Acaiaca	2.822,97	1.693,78	1.129,18
MG	310050	Acucena	7.166,71	4.300,02	2.866,68
MG	310060	Água Boa	10.463,66	6.278,19	4.185,46
MG	310070	Água Comprida	1.440,72	864,43	576,28
MG	310080	Aguanil	3.041,52	1.824,91	1.216,60
MG	310090	Águas Formosas	13.437,67	8.062,60	5.375,06
MG	310100	Águas Vermelhas	9.359,11	5.615,46	3.743,64
MG	310110	Aimorés	17.883,02	10.729,81	7.153,20
MG	310120	Aiuruoca	4.366,70	2.620,02	1.746,68
MG	310130	Alagoa	1.926,52	1.155,91	770,60
MG	310140	Albertina	2.110,96	1.266,57	844,38
MG	310150	Além Paraíba	25.897,00	15.538,20	10.358,80
MG	310160	Alfenas	54.783,55	32.870,13	21.913,42
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	4.620,74	2.772,44	1.848,29
MG	310170	Almenara	28.742,01	17.245,20	11.496,80
MG	310180	Alpercata	5.204,68	3.122,80	2.081,87
MG	310190	Alpinópolis	13.662,48	8.197,48	5.464,99
MG	310200	Alterosa	10.046,06	6.027,63	4.018,42
MG	310205	Alto Caparaó	3.968,59	2.381,15	1.587,43
MG	310210	Alto Rio Doce	8.435,52	5.061,31	3.374,20
MG	310220	Alvarenga	3.058,92	1.835,35	1.223,56
MG	310230	Alvinópolis	10.886,83	6.532,09	4.354,73
MG	310240	Alvorada de Minas	2.551,53	1.530,91	1.020,61
MG	310250	Amparo do Serra	3.496,00	2.097,60	1.398,40
MG	310260	Andradas	27.904,03	16.742,41	11.161,61
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	6.549,36	3.929,61	2.619,74
MG	310280	Andrelândia	8.704,87	5.222,92	3.481,94
MG	310285	Angelândia	5.888,16	3.532,89	2.355,26
MG	310290	Antônio Carlos	8.045,76	4.827,45	3.218,30
MG	310300	Antônio Dias	6.777,64	4.066,58	2.711,05
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1.177,63	706,57	471,05
MG	310320	Araçuaí	1.636,99	982,19	654,79
MG	310330	Aracitaba	1.470,64	882,38	588,25
MG	310340	Araçuaí	25.939,92	15.563,95	10.375,96
MG	310350	Araguari	91.037,06	54.622,23	36.414,82
MG	310360	Arantina	2.010,04	1.206,02	804,01
MG	310370	Araponga	5.916,69	3.550,01	2.366,67
MG	310375	Araporá	4.633,27	2.779,96	1.853,30
MG	310380	Arapuá	2.001,00	1.200,60	800,40
MG	310390	Araújos	6.102,52	3.661,51	2.441,00
MG	310400	Araxá	71.157,64	42.694,58	28.463,05
MG	310410	Arceburgo	7.219,60	4.331,76	2.887,84
MG	310420	Arcos	27.431,12	16.458,67	10.972,44
MG	310430	Areado	10.259,04	6.155,42	4.103,61
MG	310440	Argirita	2.035,10	1.221,06	814,04
MG	310445	Aricanduva	3.562,12	2.137,27	1.424,84
MG	310450	Arinos	12.681,81	7.609,08	5.072,72
MG	310460	Astolfo Dutra	9.700,15	5.820,09	3.880,06
MG	310470	Ataléia	9.983,42	5.990,05	3.993,36
MG	310480	Augusto de Lima	3.523,15	2.113,89	1.409,26
MG	310490	Baependi	13.353,45	8.012,07	5.341,38
MG	310500	Baldim	6.571,51	3.942,90	2.628,60
MG	310510	Bambuí	16.599,60	9.959,76	6.639,84
MG	310520	Bandeira	3.521,06	2.112,63	1.408,42
MG	310530	Bandeira do Sul	3.949,10	2.369,46	1.579,64
MG	310540	Barão de Cocais	21.763,92	13.058,35	8.705,56
MG	310550	Barão de Monte Alto	4.015,92	2.409,55	1.606,36
MG	310560	Barbacena	105.645,49	63.387,29	42.258,19
MG	310570	Barra Longa	4.169,73	2.501,83	1.667,89
MG	310590	Barroso	14.402,32	8.641,39	5.760,92
MG	310600	Bela Vista de Minas	7.225,17	4.335,10	2.890,06
MG	310610	Belmiro Braga	2.436,69	1.462,01	974,67
MG	310620	Belo Horizonte	2.995.861,03	1.797.516,61	1.198.344,41
MG	310630	Belo Oriente	17.830,82	10.698,49	7.132,32
MG	310640	Belo Vale	5.439,93	3.263,95	2.175,97

ANEXO IILevantamento de Índices Amostral do *Aedes aegypti* (LIA)Estado:

Mês/ano:

[illegible]



MS/SVS

Ano:

ANEXO III

Tecnologias de monitoramento de infestação

[illegible]

(1) - Índice de Positividade de Ovos; (2) Índice de Densidade de ovos; (3) Tipo de armadilha e indicador obtido

PORTARIA Nº 3.130, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Habilita o Município de Aparecida de Goiânia (GO) a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87 da Constituição Federal de 1988, e Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 4.532, de 30 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as condições para a aplicação exclusiva de recursos orçamentários de 2016 a outras providências; Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamentava a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle:

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financeiros para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para o Fundo de Saúde Municipal, após serem atendidas as condições previstas no § 1º e no § 8º do art. 13 da Portaria nº 3.134/MS/GM, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, fazem parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Plano Orçamentário - 0000 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

MUNICÍPIO HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DE GOIÂNIA	11809.185000/1160-11	9.799.269,00	10.302.2015.8535.0001	0000
TOTAL		01		9.799.269,00		

PORTARIA Nº 3.131, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Habilita municípios a receberem recursos referentes ao Programa de Regualificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componente Construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e das demais providências, considerando a Portaria GM/MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 837, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando a Portaria GM/MS nº 340, de 04 de março de 2013 que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no Anexo I a receberem recursos referentes ao Componente Construção do Programa de Qualificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais / Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal conforme estabelecido;

a) no art. 9º da Portaria GM/MS nº 340, de 04 de março de 2013;

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde e do Bloco de Atenção Básica, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos Anexos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS